



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

NO. PROCESSO: 2013.7.000673-2

SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR

Data Cadastro: 31/01/2013

CLASSE.....: CORREICAO - ORDINARIA

Partes:

ENVOLVIDO - COMARCA DE BRAGANCA

REQUERENTE - CORREGEDORIA DO INTERIOR

COMARCA DE BRAGANCA	
Período da correição:	17 a 21 de outubro de 2011
Juiz Auxiliar da CJCI:	Cristiano Arantes e Silva
Servidores da CJCI:	Francisco de Assis Fiuza – Analista Judiciário Jane Vieira Alcântara das Neves – Analista Judiciária Marinilza de Oliveira Serrão – Auxiliar Judiciária

I. INFORMAÇÕES INICIAIS

1. LOCALIZAÇÃO DO FÓRUM

Av. Nazeazeno Ferreira, s/nº – Bairro Centro – Fones (91) 3425-1595 / 3425-1299

Varas existentes: 2 (duas)

Juízes em exercício: César Augusto Puty Paiva Rodrigues (1ª V) e Roberto Valois (2ª V)
A Comarca foi instalada em 09 de setembro de 1893, sendo, assim, uma das mais antigas do Estado.

2. SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL ONDE ESTÁ INSTALADO O FÓRUM

O prédio é do TJPA, mas não foram localizadas informações acerca da regularidade da propriedade do imóvel.

3. DISPONIBILIDADE DE SALAS E SUA UTILIZAÇÃO

Prédio de dois pavimentos. No andar térreo funcionam: hall de entrada, distribuição, arquivo, secretaria da 1ª vara, secretaria da 2ª Vara, Juizado Especial, Juizado da Infância, Conselho da Comunidade, copa e banheiro público. No pavimento superior: sala de espera, copa, sala da OAB, secretaria do Fórum, sala dos Oficiais de Justiça, gabinete e sala de audiências da 1ª vara, gabinete e sala de audiências da 2ª vara, sala do MP e WC dos funcionários.

Há, também, um anexo onde funcionam: salão do júri, sala da Defensoria e arquivo.

Na sala de arquivo, além de processos arquivados, guardam-se, também, bens apreendidos.

apreendidos.

4. CONDIÇÕES ESTRUTURAIS

O prédio está em boas condições, mas requer uma reforma. Os juízes e servidores referem a necessidade de reforçar o muro e dotá-lo de cerca eletrificada e concertina. Entendem como imprescindível a reforma das instalações elétrica, hidráulica e de esgoto, além de recuperação geral de paredes e muros.

Como há previsão de instalação de uma terceira Vara, decorre daí a exigência de ampliação e adaptação dos espaços do Fórum.

Embora haja um banheiro no segundo pavimento destinado a PNEs, não há como um cadeirante chegar até ele. Não há rampas ou elevadores de acesso ao andar superior.

Há necessidade de criação de um depósito de bens apreendidos para que não dividam espaço com o arquivo do fórum.

Também se considera interessante a instalação de um depósito de armas apreendidas.

5. LIMPEZA E HIGIENE DO LOCAL

A limpeza é razoável, mas como as paredes do prédio já estão esmaecidas, com algumas manchas decorrentes da circulação de pessoas, isso compromete o visual e a impressão de limpeza.

6. CONDIÇÕES DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS

A secretária do Fórum refere a necessidade de ampliação do mobiliário, especialmente se houver a instalação da 3ª Vara.

Algumas cadeiras seminovas foram armazenadas numa sala anexa ao salão do Júri por estarem danificadas.

Há mesas e cadeiras em estado razoável que poderiam ser recuperadas com pequena reforma/ajuste.

7. EXISTÊNCIA DE RESIDÊNCIA OFICIAL DO JUIZ NA COMARCA

Há residência oficial do juiz situada na rua Dr. Roberto, s/nº, no centro da cidade, em razoável estado de conservação, contendo sala, dois quartos, banheiros, cozinha, a área lateral coberta servindo de garagem.

8. JUIZ DIRETOR DO FÓRUM

O Diretor do Fórum é o Dr. Roberto Valois.

9. SERVIDOR DESIGNADO PARA A SECRETARIA DO FÓRUM

Viviani Monteiro Pinheiro

10. SERVIDORES COM ATUAÇÃO DE AUXÍLIO À ADMINISTRAÇÃO DO FÓRUM

Viviani Monteiro Pinheiro – Secretaria do Fórum.

João Maria dos Santos – Secretaria do Fórum – TJPA

José Jairon Souza Miranda – Secretaria do Fórum – TJPA

Maria de Lourdes Pereira Leite – Secretaria do Fórum – TJPA

Domingas Guimarães da Luz – Secretaria do Fórum – PMB

Maria José das Mercês Santos – Secretaria do Fórum – PMB

Maria Oneide Rosário de Oliveira – Secretaria do Fórum – PMB

Marilene de Souza Correa – Secretaria do Fórum – PMB

Ana Rosa Mendonça de Jesus – Distribuição – TJPA

Ivon Carlos Cunha Amorim – Distribuição – TJPA
Manoel da Luz Quadros – Distribuição – TJPA
Clara Narcisa Silva Almeida – Distribuição – estagiária
Antonio Maria Zacarias de Oliveira – Of. de Justiça – TJPA²
Carlos Queiroz da Cunha – Of. de Justiça – TJPA³
Gilberto Lima Santos – Of. de Justiça – TJPA⁴
Luiz Maria de Oliveira – Of. de Justiça – TJPA
Luiz Pereira de Jesus – Of. de Justiça – TJPA
Richard Elleres Fernandes – Of. de Justiça – TJPA
Saulo Saraty de Oliveira – Of. de Justiça – TJPA
Sonia Maria Calice Auad – Oficial de Justiça – TJPA⁵
Edson Melo da Silva – Cabo PM – Segurança

¹ *Contratada em 27/01/1993*

² *Nomeado em Nov/1989*

³ *Nomeado em 06/05/1993, “até a realização de concurso”.*

⁴ *Concursado, originalmente, para agente de segurança, nomeado Oficial ad hoc em 2001.*

⁵ *Nomeada pelo Dr. José Torquato para ser Oficial de Justiça, ato ratificado pelo Des. José Alberto Soares Maia.*

11. VEÍCULOS

Motocicleta ano 2001, placa JUG 1739, em precário estado de conservação.

A informação, no período da inspeção correicional, era a de que o veículo oficial da Comarca havia sido leiloadado em 2010 e, até aquele momento, não teria havido a reposição, embora tenham sido expedidos ofícios à Presidência do TJPA.

H. APOIO À JURISDIÇÃO

12. PRESENÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA COMARCA

Há três Promotores de Justiça com atuação na Comarca.

13. PRESENÇA DA DEFENSORIA PÚBLICA NA COMARCA

Há duas Defensoras Públicas atuando em Bragança.

III. RECURSOS TECNOLÓGICOS DE INFORMAÇÃO

14. EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Secretaria geral = 2 (dois) computadores + 1 (uma) impressora Lexmark. Bom estado.

Sala dos Oficiais de Justiça = 2 (dois) computadores + 1 (uma) impressora Xerox. Bom estado.

Gabinete e sala de audiências da 1ª Vara = 2 (dois) computadores + 1 (uma) impressora Sansung. Bom estado.

Gabinete e sala de audiências da 2ª Vara = 2 (dois) computadores + 1 (uma) impressora Lexmark. Estado da impressora: razoável.

Sala do servidor = 1 (um) computador. Estado: razoável.

Juizado Especial Cível = 3 (três) computadores + 1 (uma) impressora Xerox. O estado da impressora é considerado razoável.

Juizado Especial Criminal = 1 (um) computador.

Secretaria da 1ª Vara = 4 (quatro) computadores + 1 (uma) impressora Sansung. Bom estado.

Secretaria da 2ª Vara = 4 (quatro) computadores + 1 (uma) impressora Xerox. Bom estado.

Distribuição e protocolo = 3 (três) computadores + 1 (uma) impressora Xerox. Bom estado.

A secretária do Fórum refere que o número de computadores disponíveis é insuficiente, havendo necessidade de alocação de máquinas na sala dos Oficiais de Justiça, além de impressoras novas na secretaria geral, no gabinete e na sala de audiências da 2ª Vara.

15. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS

No período em que foi realizada a correção, o sistema ainda era o SAP XXI, mas, segundo se sabe, o LIBRA já foi estendido a todas as Comarcas do Estado. Todos os servidores possuem senha de acesso ao sistema.

A Secretária do Fórum refere que uma das grandes dificuldades do sistema está na falta de rapidez nas consultas diárias dos processos.

16. ACESSO À INTERNET

A secretária do fórum refere que o e-mail da Comarca é aberto diariamente, mas alega que tem tido dificuldades em anexar-lhe documentos pela falta de qualidade dos serviços de internet.

Há três e-mails para atender à Comarca: um na secretaria e um em cada vara.

17. PONTOS DE REDE

Há 30 (trinta) pontos de rede, mas a secretária refere que o número seria insuficiente para atender à demanda caso venha a ser instalada a 3ª Vara.

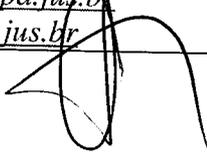
18. CORREIO ELETRÔNICO

A Comarca conta com as seguintes caixas de correio eletrônico, que são abertas diariamente:

Secretaria da 1ª Vara: 1bragança@tjpa.jus.br

Secretaria da 2ª Vara: 2bragança@tjpa.jus.br

Secretaria do Fórum: tjepa009@tjpa.jus.br



19. COMPETÊNCIAS

A competência da 1ª Vara é:

- 1) por distribuição = Cível, Comércio e Família.
- 2) privativa = Fazenda Pública, Execução Fiscal, Órfãos, Ausentes e Interditos, Infância e Juventude.
- 3) crime = juízo singular e execução penal.

20. JUIZ COM ATUAÇÃO NA VARA

No período da correição, o magistrado com atuação na Vara era o Dr. César Augusto Puty Paiva Rodrigues, titular que iniciou exercício em 31/07/2009.

Não há juiz auxiliar designado para a Vara.

As ausências do juiz titular ocorreram apenas nos períodos de férias: dez/2009, mar/2010, jul/2010 e dez/2010.

Durante os períodos de afastamento, respondeu pela Vara o Dr. Roberto Valois. Apenas no mês de jul/2010 é que o TJPA designou o Dr. Antonio Villar.

21. SERVIDORES COM ATUAÇÃO NA VARA

Servidores do TJPA:

Carlos Luiz Antunes de O. Coelho – Diretor de Secretaria – Analista Judiciário/Bel. em Direito.

Ranielson Ofir Trindade Moraes – Analista Judiciário – graduado em Ciências Contábeis.

Servidores cedidos pela Prefeitura de Bragança:

Francisco Vagner R. Monteiro – Auxiliar de Secretaria – graduado em Letras.

Ivan Farias Pacheco – Auxiliar de Secretaria – Nível médio.

Walter José dos Santos – Auxiliar de Secretaria – Nível médio.

Rafael Figueiredo da Costa – Estagiário

22. EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O Diretor de Secretaria refere a necessidade de alocação de mais um computador e um ponto de rede.

23. ACERVO PROCESSUAL

O número de processos cíveis, de acordo com os registros informatizados era de 5.008 (cinco mil e oito). Na contagem física, chegou-se a 4.408 (quatro mil, quatrocentos e oito).

O número de processos criminais, de acordo com os registros informatizados, era de 5.987. Na contagem física, verificou-se apenas 1.921.

Os autos processuais são sempre cadastrados no LIBRA, assim como os atos praticados pelo juiz. O acervo está assim discriminado:

Ações cíveis em geral (excluídos os da Meta 2) = 3.145

Cíveis Meta 2/2009 = 92

Cíveis Meta 2/2010 = 57

Execução fiscal = 1.059

Ação Civil Pública (excluindo-se as de Improbidade Administrativa) = 31

Ação Civil Pública – Improbidade Administrativa = 21

Ação Popular = 03

Ação penal com réu preso = 41
 Ação penal com réu solto = 1.687
 Ação penal – Meta 2/2009 = 89
 Ação penal – Meta 2/2010 = 104
 Habeas corpus = 52
 IPL com réu preso = 10
 IPL com réu solto = 18

24. CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS

O Diretor de Secretaria refere que tem buscado cumprir as orientações do Manual de Rotinas Cíveis, assim como o Plano de Gestão para o funcionamento de Varas Criminais.

25. CUMPRIMENTO DA META 1/CNJ

Segundo o Diretor de Secretaria, a Vara tem cumprido a Meta dentro das limitações existentes. Enfatizou que, embora em alguns meses o número de sentenças criminais não supere o de ações iniciadas, em outros o número daquelas é bem maior que o destas.

O registro de dados junto à Secretaria de Informática e tabulados pela Coordenadoria de Estatística, revelam que a Vara, no ano de 2012, de modo geral, não cumpriu a Meta 1, a não ser em alguns poucos meses do ano. O alcance da Vara, no período, foi de apenas 20% (vinte por cento) do planejado.

Nos anos de 2010 e 2011, o número de sentenças proferidas, até o mês da inspeção correicional, era o seguinte:

Ano	Mês	Juiz	Sentenças		Total
			C/ mérito	S/ mérito	
2010	Jan	César Putty	29	3	32
	Fev	César Putty	30	18	48
	Mar	Roberto Valois	3	3	3
	Abr	César Putty	25	13	38
	Mai	César Putty	29	2	31
	Jun	César Putty	23	1	24
	Jul	Roberto Valois	1	0	1
	Ago	César Putty	16	3	19
	Set	César Putty	18	1	19
	Out	César Putty	16	1	17
	Nov	César Putty	32	7	39
	Dez	Roberto Valois	0	1	1
2011	Jan	César Putty	30	4	34
	Fev	César Putty	28	9	37
	Mar	Roberto Valois	0	0	0
	Abr	César Putty	30	12	42
	Mai	César Putty	29	54	83
	Jun	César Putty	24	35	59
	Jul	Roberto Valois	0	0	0
	Ago	César Putty	37	14	51
	Set	César Putty	25	17	42

26. PENDÊNCIAS EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE LIMINARES OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

O Diretor de Secretaria refere não haver pendências nesse sentido.

27. PENDÊNCIAS NA APRECIÇÃO DE COMUNICAÇÕES DE FLAGRANTE

Não há pendências.

28. PENDÊNCIAS EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES

Não há pendências.

29. PENDÊNCIAS EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE BENEFÍCIOS EM FAVOR DE RÉU PRESO

Não há pendências.

30. IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS QUE ENVOLVEM PRIORIDADES LEGAIS

O Diretor de Secretaria refere que a Vara identifica os processos de réus presos com fitas vermelhas, idosos com carimbo na capa e representações com capa amarela..

31. ANÁLISE DOS PROCESSOS MAIS ANTIGOS EXISTENTES NA VARA

<i>Processo</i>	<i>Último despacho / Tramitação</i>
<i>Cíveis</i>	
<i>1982.2.000005-9</i>	<i>06/04/1993 – aguarda mandado de avaliação e penhora</i>
<i>1982.1.000004-1</i>	<i>09/04/1996 – aguarda manifestação do credor</i>
<i>1982.1.000006-7</i>	<i>27/02/2003 – mandando oficial ao DETRAN</i>
<i>1983.1.000006-6</i>	<i>17/01/1997 – aguarda manifestação da Fazenda Pública</i>
<i>1985.1.000001-4</i>	<i>24/05/2000 – aguarda manifestação da Fazenda Pública</i>
<i>1986.1.000011-2</i>	<i>19/08/1997 – aguarda certidão do escrivão.</i>
<i>1988.1.000007-9</i>	<i>03/04/1996 – aguarda intimação do embargante</i>
<i>1993.1.000010-5</i>	<i>17/04/2008 – aguarda manifestação do credor</i>
<i>1995.1.000030-1</i>	<i>24/09/1997 – determinando a prisão civil</i>
<i>1995.1.000034-3</i>	<i>21/10/1997 – decreta prisão civil</i>

Além dos processos acima listados, foram examinados mais dois, tendo em vista reclamação formulada junto à Corregedoria de Justiça do Interior. O resultado foi o seguinte:

2011.1.000836-0

Processo distribuído em 21/03/2011. Trata-se de Mandado de Segurança com pedido liminar. Despacho judicial em 21/07/2011 negando a concessão da liminar e determinando requisição de informações ao impetrado.

2011.1.000774-2

Processo distribuído em 14/03/2011. Medida cautelar atípica com pedido de liminar. Custas recolhidas juntadas em 13/04/2011. Em 02/05/2011 despacho judicial mandando emendar a inicial. Emenda realizada em 05/05/2011. Em 09/05/2011 despacho determinando a citação e postergação da apreciação da liminar após a defesa. Requeridos citados em 19/05; contestação de um dos requeridos em 26/05; de outro requerido em 30/05. Em 05/08 despacho judicial mandando ao MP. Requerimento do MP em 18/08 para audiência de justificação. Em 30/08 conclusos ao juiz, permanecendo até a data de 21/10, quando foi inspecionado.

NOTA: Em ambos os casos, recomendou-se ao magistrado que imprimisse celeridade aos feitos.

<i>Criminais</i>	
<i>1989.2.000004-2</i>	<i>14/09/2009 – fase de alegações finais</i>
<i>1993.2.000003-8</i>	<i>30/06/1999 – parado desde então</i>
<i>1999.2.000034-7</i>	<i>19/10/2009 – incidente de insanidade mental</i>
<i>2000.2.000040-8</i>	<i>19/10/2009 – intimação do réu e certificar</i>

2000.2.000115-9	07/06/2011 – certificar cumprimento de precatória
2001.2.000074-6	19/10/2009 – certificar incidente de insanidade
2001.2.000034-0	29/10/2009 – aguarda resposta sobre óbito do réu
2002.2.000130-5	13/10/2009 – remeter mandado de prisão ao TJPA
2002.2.000020-8	15/09/2009 – conclusos para redesignar audiência
2004.2.000089-2	25/10/2005 – fase de alegações finais

32. ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS NO SITE DO TJPA

De acordo com a nota técnica emitida pela Seção de Registro das Atividades Judiciais da CJCI, são os seguintes os registros relativos à 1ª Vara de Bragança:

- *Interceptação telefônica = faltam os meses de janeiro, março, julho, novembro e dezembro de 2011; no ano de 2012, faltam os meses de abril e dezembro.*
- *Bens apreendidos = o sistema está sendo alimentado.*
- *Inspeções carcerárias em 2011: 1) Centro de Recuperação de Bragança = faltam os meses de março, maio e julho; 2) Delegacia de Polícia de Bragança = faltam os meses de março, maio e julho; 3) Delegacia de Polícia de Tracuateua = faltam os meses de março, abril, maio e julho.*
- *Inspeções carcerárias em 2012: 1) Centro de Recuperação de Bragança = faltam os meses de abril e junho; 2) Delegacia de Polícia de Bragança = Ok. Sistema alimentado; 3) Delegacia de Polícia de Tracuateua = Ok. Sistema alimentado.*
- *Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos = Ok. Nenhum registro encontrado.*
- *Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei = Ok. 25 processos cadastrados.*
- *Cadastro Nacional de Adoção = informou que a Vara não tem nenhuma criança disponível para adoção e nem mesmo pretendente.*
- *Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa = não há nenhuma condenação cadastrada com trânsito em julgado.*

33. ADEQUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS

33A. RECEBIDAS(2010/2011) Cíveis = 598 Criminais = 602	33B. DEVOLVIDAS(2010/2011) Cíveis = 588 Criminais = 595	33C. TRAMITANDO Cíveis = 10 Criminais = 7
---	--	--

34. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS E AINDA NÃO CUMPRIDAS

Cíveis		
Número	Recebimento	Finalidade
2011.1.002636-2	17/10/2011	Inquirir testemunha
2011.1.002617-2	13/10/2011	Citação e intimação do réu
2011.1.002620-5	13/10/2011	Prisão do executado
2011.1.002624-7	13/10/2011	Averbação de divórcio
2011.1.002613-0	13/10/2011	Intimação para audiência
2011.1.002607-3	11/10/2011	Averbação de sentença
2011.1.002606-5	11/10/2011	Intimação do Oficial de registro de imóveis
2011.1.002605-7	11/10/2011	Citação e intimação do réu
2011.1.002604-9	11/10/2011	Citação e intimação do réu
2011.1.002602-3	11/10/2011	Citação e intimação do réu
Criminais		
2007.2.000923-9	19/09/2007	Fiscalização da suspensão condicional – aguarda término.
2011.2.001852-3	13/10/2011	Intimação do réu – aguarda retorno de mandado
2011.2.001848-2	11/10/2011	Intimação para audiência – aguarda retorno de mandado
2011.2.001850-7	11/10/2011	Interrogar o réu – aguarda retorno de mandado

2011.2.001851-5	11/10/2011	Intimação para audiência – aguarda retorno de mandado
2011.2.001846-6	11/10/2011	Intimação para audiência – aguarda retorno de mandado
2011.2.000807-1	16/03/2011	Citação do requerido – aguarda custas (ação privada)
35. CUMPRIMENTO DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS A OUTROS JUÍZOS		
35A. VERIFICAR EXISTENCIA DE CONTROLE Não há controle sobre as cartas.		35B. SE HÁ REITERAÇÕES As reiterações só são feitas quando há provocação da parte ou determinação judicial.

36. PETIÇÕES INICIAIS PENDENTES		
36A. PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO 47	36B. PENDENTES DE CONCLUSÃO 0	36C. PENDENTES DE DESPACHO 0

37. PETIÇÕES INTERLOCUTÓRIAS PENDENTES		
37A. NÃO JUNTADAS 462	37B. NÃO REMETIDAS À CONCLUSÃO 0	37C. NÃO DESPACHADAS 0

38. MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA		
Nome	Qte.	Data mais antiga
Richard Eleres Fernandes	6	28/09/2011
Luiz Pereira de Jesus	1	03/10/2011
Gilberto Lima Santos	6	30/09/2011
Saulo Saraty de Oliveira	7	23/09/2011
Carlos Queiroz da Cunha	4	28/01/2011
Antonio Maria Zacarias de Oliveira	3	30/09/2011
Luiz Maria de Oliveira	3	03/10/2011
Sonia Maria Calice Auad	1	05/10/2011

39. PROCESSOS CONCLUSOS		
39A. HÁ MENOS DE 100 DIAS: Cíveis = 8	39B. HÁ MAIS DE 100 DIAS Cíveis = 432	39C. “PRÉ-CONCLUSÃO” Não há

40. PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA		
40A. MIN. PÚBLICO: Cíveis = 72 Carga + antiga = 04/10/2011	40B. DEF. PÚBLICA: Cíveis = 15 Carga + antiga = 26/09/2011	40C. ADVOGADOS: Cíveis = 12 Carga + antiga = 14/09/2011

41. AUTOS CÍVEIS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL (MAIS DE 100 DIAS) Há 450 autos nessa condição.

42. AUTOS CÍVEIS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO DE ATO JUDICIAL (MENOS DE 100 DIAS) Há 142 autos nessa condição.
--

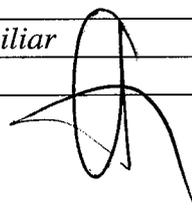
43. POPULAÇÃO CARCERÁRIA		
Discriminação	Masculino	Feminino
Preso provisório	41	7
Preso apenado	75	0
Total	116	7
Preso vinculado à unidade judiciária correicionada	118	0

<i>Preso vinculado a outra unidade judiciária¹</i>	15	0
44. VERIFICAR SE AS INFORMAÇÕES RELACIONADAS AOS PRESOS ESTÃO CADASTRADAS NO SISPE		
<i>O Diretor de Secretaria refere que sim, mas apenas parcialmente.</i>		

¹ Provisório ou apenado

INFÂNCIA E JUVENTUDE	
45. ACERVO PROCESSUAL	
<i>Segundo a contagem física, havia, no momento da inspeção, 183 (cento e oitenta e três). O sistema informatizado revela a existência de 208 ações.</i>	
46. DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO	
<i>Natureza</i>	<i>Quantidade</i>
<i>Infância e Juventude – Geral</i>	183
<i>Ato Infracional</i>	183
<i>Ação de Guarda</i>	0
<i>Adoção</i>	0
<i>Estado de risco</i>	0
47. QUANTIDADE DE MENORES INFRADORES INTERNADOS PROVISORIAMENTE	
<i>Não havia menores internados provisoriamente no período da inspeção correicional.</i>	
48. QUANTIDADE DE MENORES INFRADORES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE	
<i>Segundo a Secretaria, havia 5 (cinco) menores nessa condição.</i>	
49. MENORES INFRADORES CUMPRINDO OUTRA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	
<i>Havia 16 menores nessa condição.</i>	
50. VERIFICAR SE AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA.	
<i>A execução de medidas socioeducativas não é feita pela Unidade Judiciária.</i>	
51. PENDÊNCIAS EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS.	
<i>Não há pendências nesse sentido.</i>	
52. VERIFICAR SE O JUÍZO IDENTIFICA OS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS OU POR OUTRO MEIO.	
<i>Os feitos são identificados por etiquetas apropriadas.</i>	

EXECUÇÃO PENAL		
53. POPULAÇÃO CARCERÁRIA		
	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>
<i>Apenado em regime fechado</i>	53	=
<i>Apenado em regime semiaberto</i>	22	=
<i>Apenado em regime aberto</i>	18	=
<i>Apenado em regime aberto c/ cumprimento domiciliar</i>	=	=
<i>Apenado em livramento condicional</i>	1	=

Total	94	
54. ACERVO		
Execução penal em regime fechado		53
Execução penal em regime semiaberto		22
Execução penal em regime aberto		18
Livramento condicional		1
Pedido de saída temporária pendente		=
Pedido de progressão de regime pendente		=
Outros procedimentos		=

1ª VARA – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A estrutura disponível da Vara não é condizente com o movimento, sendo necessárias algumas intervenções específicas, cujas providências sugere-se sejam determinadas pela Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior a partir das conclusões e recomendações a seguir.

Quanto às instalações físicas

Como se verá mais adiante, a estrutura do prédio exige reforma imediata. Os espaços são exíguos diante da expressiva quantidade de processos. Há necessidade, portanto, de ampliação da área disponível para a Secretaria da Vara.

Quanto à disponibilidade (ou carência) de juiz

Embora a Vara não se ressinta da presença constante de juiz, o certo é que o volume de trabalho é bastante expressivo e sobrecarrega não só o magistrado, como também a secretaria. Há dois caminhos imediatos a se tomar para permitir maior eficiência na prestação jurisdicional: 1) a disponibilização de um juiz auxiliar; e 2) o aumento da capacidade operacional da secretaria disponibilizando mais servidores, espaço físico e equipamentos de informática.

Quanto à presença dos órgãos de apoio à jurisdição

Ministério Público e Defensoria Pública mantém representantes na Comarca, o que contribui, de certa forma, para que não haja solução de continuidade na tramitação dos processos.

Quanto à disponibilidade de recursos humanos

O número de servidores é insuficiente para atendimento da expressiva demanda da Vara. Dos cinco servidores que prestam serviços na secretaria, apenas dois são do quadro do TJPA. Os demais são cedidos pela Prefeitura. O ideal, portanto, seria a nomeação de servidores concursados do TJPA, especialmente Analistas Judiciários com graduação em Direito, que deverão substituir gradativamente os cedidos da municipalidade.

Quanto à estrutura de apoio à atividade jurisdicional

Os equipamentos de informática instalados na Vara são razoáveis, em número e qualidade. O Diretor de Secretaria refere, no entanto, a necessidade de pelo menos mais um computador para atender à demanda de serviços.

Quanto ao acervo de processos em tramitação.

A Unidade Judiciária correicionada é de segunda entrância e poderia ser considerada de porte médio, mas abrigava, no período da inspeção, mais de seis mil processos, o que nos assegura inadequado para um serviço eficiente e célere. Há, em razão desse elevado número, sério comprometimento da tramitação dos processos ali em curso. Há processos ainda das décadas de 1980 e 1990 aguardando algum tipo de encaminhamento. Para que a Vara funcione regularmente, entendemos como imprescindível a designação de um juiz auxiliar e de incremento da equipe da secretaria, com servidores treinados e conhecedores da sistemática processual. A segunda hipótese seria a instalação de mais uma vara na comarca.

Quanto à padronização de rotinas e ao alcance de metas

Não há notícia de descumprimento do Manual de Rotinas instituído pelas Corregedorias de Justiça, havendo prejuízo sensível, no entanto, em relação às metas preconizadas pelo CNJ. Os obstáculos enumerados acima contribuem sobremaneira para o fracasso do atingimento das metas.

Segundo dados obtidos na Secretaria de Informática e tabulados na Coordenadoria de Estatística da SEPLAN, a Comarca consta, no ano de 2012, com o resultado de meta não alcançada, atingindo grau de cumprimento acumulado no período de tão somente 20,81%.

Quanto à alimentação dos sistemas de informação disponibilizados pelo CNJ e pela CJCI

Sugere-se recomendar ao juiz da Vara que, juntamente com o Diretor de Secretaria, procure manter alimentados os bancos de dados disponíveis no endereço eletrônico <http://www.tjpa.jus.br/corregedoria/interior/sistemas.html>.

Quanto aos atos da Secretaria

No que tange às cartas precatórias recebidas de outros juízos, estão, no geral, com andamento atualizado. No momento da inspeção havia poucas cartas em vias de cumprimento, todas elas recebidas há menos de 60 dias.

A Secretaria ainda não dispõe de mecanismo que consiga manter controle sobre as cartas expedidas a outros juízos, e menos ainda quando de trata de reiterar as devoluções. Recomenda-se que juiz oriente o Diretor de Secretaria a gerar instrumento de controle eficaz para isso.

No momento da inspeção havia muitas petições iniciais e intermediárias pendentes de registro e autuação, ou, ainda, de juntada. Embora sabedores das dificuldades encontradas para melhor desempenho da secretaria, deve-se recomendar ao Sr. Diretor que empreenda esforços, juntamente com os demais servidores, para a regularização dessas pendências.

Havia, também, um número expressivo de processos conclusos há mais de 100 dias, recomendando-se seja o magistrado exortado a dar vazão a esse volume de trabalho.

Quanto às custas processuais

A análise dessa atividade ficou a cargo da Chefe da Divisão de Acompanhamento e Controle da Arrecadação dos Serviços Judiciais, Gilda Pereira Furtado, que apresentou relatório circunstanciado sobre a cobrança de custas pelas Varas da Comarca de

Bragança. As observações e recomendações da servidora acompanham este relatório e dele fazem parte integrante.

2ª VARA

55. COMPETÊNCIAS

A competência da 2ª Vara é:

- 1) por distribuição = Cível, Comércio e Família.
- 2) privativa = Registros Públicos, Provedoria, Resíduos e Fundações, Falência e Recuperação Judicial, Acidentes de Trabalho.
- 3) penal = privativa do Tribunal do Júri

56. JUIZ COM ATUAÇÃO NA VARA

O magistrado com atuação na Vara é o Dr. Roberto Ribeiro Valois – Ato Judicial Nº 26/2009.

Iniciou exercício em 11/03/2009

Períodos de ausência = apenas no período de 07/jan a 05/fev/2010, em virtude de férias. Durante o afastamento, respondeu pela Vara o Juiz César Putty.

57. JUIZ AUXILIAR PARA A VARA

Não há.

58. SERVIDORES COM ATUAÇÃO NA VARA

Servidores do TJPA:

Geraldo César Pereira Lima – Diretor de Secretaria. Nível Médio.

Klayton Luiz Campelo Silva – Analista Judiciário. Superior.

Servidores cedidos pela Prefeitura de Bragança:

Auriléia do Rosário Oliveira – Auxiliar de Secretaria

Estagiários:

Thais Caroline Reis Mota

Lucas Melo Cunha

59. EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Há 6 (seis) computadores e 2 (duas) impressoras na Vara.

60. ACERVO PROCESSUAL

O número de processos cíveis, de acordo com os registros existentes no LIBRA, era de 2.847 (Dois mil, oitocentos e quarenta e sete). A contagem física revelou 2.286 (Dois mil, duzentos e oitenta e seis) ações.

O número de processos criminais registrados no LIBRA era de 496 (Quatrocentos e noventa e seis). Na contagem física, chegou-se a 1.015 (Mil e quinze).

Os autos processuais são sempre cadastrados no Libra, assim como os atos praticados pelo juiz. O acervo está assim discriminado (contagem física):

Ações cíveis em geral (excluídas as da Meta 2) = 2.286

Cíveis Meta 2/2009 = 26

Cíveis Meta 2/2010 = 133

Ação penal com réu preso = 17
Ação penal com réu solto = 432
Ação penal Meta 2/2009 = 6
Ação penal Meta 2/2010 = 28

61. CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS

O Diretor de Secretaria refere estar cumprindo, em parte, o Manual de Rotinas. Refere, também, o cumprimento do Plano de Gestão para o funcionamento das varas criminais editado pelo CNJ.

62. CUMPRIMENTO DA META 1/CNJ

A Vara não tem conseguido cumprir a Meta 1 do CNJ. Informações repassadas pela Secretaria de Informática e tabuladas pela Coordenadoria de Estatística da SEPLAN, relativas ao ano de 2012, revelam que a Vara está dentre aquelas de meta não cumprida, atingindo um grau de cumprimento acumulado, no período, de apenas 41,20%.

63. PENDÊNCIAS EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE LIMINARES OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

O Diretor de Secretaria refere a existência de pendências no momento da inspeção.

64. PENDÊNCIAS EM RELAÇÃO AS COMUNICAÇÕES DE FLAGRANTE

O DS refere não haver pendências.

65. IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS QUE ENVOLVEM PRIORIDADES LEGAIS

O Diretor de Secretaria refere que são identificados os feitos de réus presos com fitas vermelhas. Além disso, identifica os processos de idosos e os que pedem liminares ou antecipação de tutela.

66. ANÁLISE DOS PROCESSOS MAIS ANTIGOS EXISTENTES NA VARA

Processo	Natureza / Tramitação
1983.1.000019-9	Aguarda designação de praça
1983.1.000016-5	Redistribuído da 1ª para a 2ª Vara.
1983.1.000015-7	Aguarda expedição de carta precatória
1985.2.000001-2	Aguarda intimação por edital
1986.1.000007-1	Falta determinar a extinção da execução
1988.1.000014-4	Redistribuído da 1ª para a 2ª Vara.
1988.1.000019-4	Redistribuído da 1ª para a 2ª Vara
1988.1.000021-9	Suspensão do processo
1997.1.000021-8	Intimação do credor sobre bens penhorados.

67. ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS NO SITE DO TJPA

A Seção do Serviço de Registro das Atividades Judiciais revelou, através de Nota Técnica, a existência das seguintes anotações:

Bens apreendidos = o sistema está sendo alimentado.

Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa = não existe nenhuma condenação cadastrada com trânsito em julgado.

68. ADEQUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS

68A. RECEBIDAS	68B. DEVOLVIDAS	68C. TRAMITANDO
-----------------------	------------------------	------------------------

<i>Cíveis = 52</i> <i>Criminais = 5</i>	<i>Cíveis = 20</i> <i>Criminais = 2</i>	<i>Cíveis = 32</i> <i>Criminais = 3</i>
--	--	--

69. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS E AINDA NÃO CUMPRIDAS

As cartas precatórias cíveis não foram relacionadas pela Secretaria, apenas as criminais:

<i>Processo</i>	<i>Recebimento</i>	<i>Finalidade / Tramitação</i>
<i>2011.2.002597-6</i>	<i>06/10/2011</i>	<i>Intimação do réu. Aguarda OJ cumprir.</i>
<i>2011.2.001882-0</i>	<i>18/10/2011</i>	<i>Intimação do réu. Aguarda OJ cumprir.</i>
<i>2011.2.001847-4</i>	<i>17/10/2011</i>	<i>Oitiva de testemunha. Audiência = 01/11/2011</i>

70. CUMPRIMENTO DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS A OUTROS JUÍZOS

70A. VERIFICAR EXISTENCIA DE CONTROLE

O Diretor de Secretaria informa que realiza o controle das cartas precatórias cíveis através de relatório de entrada e saída e ofícios de devolução arquivados em pastas.

70B. SE HÁ REITERAÇÕES PEDINDO DEVOLUÇÃO

A Secretaria expede ofício reiterando devolução da carta.

PENDÊNCIAS DA SERVENTIA

71. PETIÇÕES INICIAIS PENDENTES

71A. PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO

Cíveis = 0
Criminais = 0

71B. PENDENTES DE CONCLUSÃO

Cíveis = 35
Criminais = 0

71C. PENDENTES DE DESPACHO

Cíveis = 35
Criminais = 0

72. PETIÇÕES INTERLOCUTÓRIAS PENDENTES

72A. NÃO JUNTADAS

Cíveis = 0
Criminais = 0

72B. NÃO REMETIDAS À CONCLUSÃO

Cíveis = 0
Criminais = 0

72C. NÃO DESPACHADAS

Cíveis = 0
Criminais = 0

73. MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA

<i>Nome</i>	<i>Qte.</i>	<i>Data mais antiga</i>
<i>Carlos Queiroz da Cunha</i>	<i>03</i>	<i>07/04/2011</i>
<i>Luiz Maria de Oliveira</i>	<i>01</i>	<i>23/09/2011</i>
<i>Luiz Pereira de Jesus</i>	<i>01</i>	<i>13/10/2011</i>
<i>Saulo Saraty de Oliveira</i>	<i>01</i>	<i>07/04/2011</i>
<i>Sonia Maria Calice Auad</i>	<i>01</i>	<i>23/09/2011</i>

74. PROCESSOS CONCLUSOS

74A. HÁ MENOS DE 100 DIAS:

Cíveis = 25
Criminais = 2

74B. HÁ MAIS DE 100 DIAS

Cíveis = 0
Criminais = 0

74C. "PRÉ-CONCLUSÃO"

Cíveis = 0
Criminais = 3

75. PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA

<i>Órgão</i>	<i>Qte.</i>	<i>Carga mais antiga</i>
<i>Ministério Público</i>	<i>93</i>	<i>20/09/2011</i>

Defensoria Pública	36	02/09/2011
Advogados	07	13/09/2011

INQUÉRITOS POLICIAIS

76. IPLs PENDENTES DE DESPACHO DE RECEBIMENTO

Não há.

77. IPLs DEVOLVIDOS À DEPOL PARA DILIGÊNCIAS E NÃO DEVOLVIDOS

Segundo o Diretor de Secretaria, há apenas 1 (um).

2ª VARA – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Quanto às instalações físicas

Como já dito anteriormente, a estrutura do prédio exige reforma imediata, já que os espaços são exíguos diante da expressiva quantidade de processos. Há necessidade, portanto, de ampliação da área disponível para a Secretaria da Vara.

Quanto à disponibilidade (ou carência) de juiz

A Vara possui juiz titular e isso constitui um ponto positivo para o seu regular funcionamento. Não obstante isso, entendemos que há necessidade de alguns ajustes na capacidade operacional da Unidade Judiciária, de modo a proporcionar incremento da eficiência na prestação jurisdicional.

Quanto à presença dos órgãos de apoio à jurisdição

Ministério Público e Defensoria Pública mantém representantes na Comarca, o que contribui para o regular andamento das ações nas quais aqueles órgãos intervêm.

Quanto à disponibilidade de recursos humanos

O número de servidores é insuficiente para atendimento da expressiva demanda da Vara. Como acontece em outras Varas, o número de servidores cedidos pelo município é superior em relação ao de efetivos do TJPA. Recomenda-se que seja oficiado à Secretaria de Gestão de Pessoas solicitando estudos visando a substituição gradativa de cedidos por concursados, preferencialmente Analistas Judiciários bacharéis em direito.

Quanto à estrutura de apoio à atividade jurisdicional

Os equipamentos de informática instalados na Vara são razoáveis, em número e qualidade. Requer-se, no entanto, com a ampliação do quadro de servidores, que seja alocado pelo menos mais um computador, majorando-se esse número com o tempo.

Quanto ao acervo de processos em tramitação.

A Unidade Judiciária correicionada é de porte médio, abrigando, no período da inspeção, segundo o LIBRA, um acervo superior a três mil processos. Os mais antigos tramitam há mais de dez anos, são da década de 1980, o que requer concentração de esforços para redução desse quadro.

A inspeção correicional revelou números absolutamente díspares quanto ao acervo da

Vara. No caso de ações penais, por exemplo, a quantidade registrada no LIBRA é muitíssimo superior à verificada na contagem física. Essa discordância deve-se, em grande parte, à existência de ações cautelares que logo são decididas e deveriam ser arquivadas definitivamente, o que reduziria sensivelmente o acervo processual. É o caso, como se vê na prática, de comunicações de flagrante, pedidos de liberdade provisória, pedidos de revogação de prisão preventiva, pedidos de restituição de coisas apreendidas, dentre outras.

Muito embora se saiba que a secretaria mostra-se carente de recursos humanos, recomenda-se a realização de uma frente de serviço capaz de levantar o acervo completo da Vara, promover a depuração de todos os processos que possam ser baixados do sistema LIBRA e verificar a existência de ações que já poderiam ser extintas, como é o caso, por exemplo, da prescrição ou da decadência.

Quanto à padronização de rotinas e ao alcance de metas

Não há notícia de descumprimento do Manual de Rotinas instituído pelas Corregedorias de Justiça, havendo prejuízo sensível, no entanto, em relação às metas preconizadas pelo CNJ. A Vara alcançou apenas 41,20% da meta estabelecida pelo CNJ para julgamento de ações em número igual ou superior ao de ajuizadas no mesmo período.

Quanto à alimentação dos sistemas de informação disponibilizados pelo CNJ e pela CJCI

Sugere-se recomendar ao juiz titular da Vara que, juntamente com o Diretor de Secretaria, procurem manter alimentados os bancos de dados disponíveis no endereço eletrônico <http://www.tjpa.jus.br/corregedoria/interior/sistemas.html>.

Quanto aos atos da Secretaria

A Secretaria, embora seja uma tarefa relativamente difícil, precisa promover um mutirão cartorial que permita diagnosticar a exata dimensão do acervo processual e do número de processos que se encontram paralisados. O volume de trabalho é excessivo para a quantidade de servidores ali lotados, especialmente levando-se em conta que a maioria é cedida pela Prefeitura do Município, o que limita a extensão da jornada e a exigência de qualificação. Mesmo assim, sugere-se que juiz e diretor de secretaria estabeleçam um plano de ação para enfrentar as adversidades por que passam as Varas de Bragança, em razão, principalmente, do elevado número de processos ali em curso.

A Secretaria da Vara informou que o número de sentenças prolatadas e o número de ações ajuizadas nos anos de 2009, 2010 e 2011 foram os seguintes:

	2009		2010		2011	
	Ajuizadas	Sentenciadas	Ajuizadas	Sentenciadas	Ajuizadas	Sentenciadas
Cíveis	768	775	853	316	910	294
Criminais	220	21	371	25	306	12

Observa-se um crescimento de ações cíveis que se aproxima de 10% (dez por cento) ao ano. O número de ações penais cresceu, no período 2009/2010, assustadores 69% (sessenta e nove por cento), mas o crescimento no período 2009/2011 alcançou quase 40% (quarenta por cento), o que nos assegura que – mantida essa tendência – poderá dobrar em quatro anos a quantidade de ações penais. Isso, como se vê, exigirá um

esforço ingente de juiz e servidores no encaminhamento e solução das demandas.

No que tange às cartas precatórias recebidas de outros juízos, estão, no geral, com andamento atualizado. Recomenda-se que a Vara consiga manter esse ritmo e busque devolvê-las à origem devidamente cumpridas e dentro de um prazo razoável. A secretaria deverá manter, também, rígido controle sobre as cartas precatórias expedidas a outros juízos, cobrando-lhes sempre o retorno.

As petições iniciais e intermediárias estão regulares, segundo informações prestadas pelo Sr. Diretor de Secretaria. Recomenda-se, entretanto, ao juiz da Vara que procure verificar, em inspeção extraordinária, a existência ou não de pendências nesse sentido.

Há número expressivo de processos com vistas ao MP, Defensoria e advogados. A secretaria deve cobrar-lhes a devolução, informando ao juiz caso haja alguma recalcitrância.

Quanto aos processos de competência do júri

A Vara realizou 12 (doze) julgamentos em 2009, 6 (seis) em 2010 e 2 (dois) em 2011. Segundo o DS não havia, no momento da correição, processos aguardando designação de data para julgamento. Recomenda-se que esse ritmo seja mantido e a Vara possa cumprir a contento as Metas 3 e 4 do CNJ.

Quanto às custas processuais

O Diretor de Secretaria informou que a maioria das ações já chegam à secretaria com as custas iniciais pagas, e que quando não há pagamento aguarda-se o prazo de 30 dias, após o qual certifica e encaminha para o juiz. A arrecadação das Varas de Castanhal no período de janeiro a outubro de 2012 foi de pouco mais de R\$ 81 mil.

A servidora Gilda Cristina Pereira Furtado, Chefe da Divisão de Arrecadação dos Serviços Judiciais, que acompanhou os trabalhos correicionais, apresentou relatório relativo à arrecadação, o qual acompanha esta ata de correição.

JUIZADO ESPECIAL – CÍVEL E CRIMINAL

Os Juizados funcionam no período da manhã – de 8h às 14h – e, na parte da tarde, de 15h às 19h. São disponibilizadas duas salas no Fórum, não havendo espaço para realização de conciliações, usando-se, para isso, os gabinetes dos juízes.

O mobiliário destinado aos Juizados está em boas condições. Há, para o serviço, 4 (quatro) computadores e 1 (uma) impressora.

O magistrado atuante no JE é o juiz Roberto Ribeiro Valois, Titular da 2ª Vara.

A equipe de servidores é composta por:

Geraldo César Pereira Lima – Secretário

Ivon Carlos da Cunha Amorim – Auxiliar

Manoel da Luz de Quadros – Auxiliar

José Jairon de Souza Miranda - Auxiliar

Todos os servidores acumulam funções no Juízo comum e no Especial.

A Secretaria informa a existência de 227 ações registradas no sistema e apenas 55 na contagem física.

Os dez processos cíveis mais antigos relacionados pela Secretaria são:

Processo Nº	Data da entrada	Situação
002/10	13/01/2010	Aguardando cumprimento de acordo.
004/10	19/01/2010	Aguardando cumprimento de acordo.
026/10	10/02/2010	Aguardando cumprimento de acordo.
043/10	25/02/2010	Aguardando manifestação da parte.
049/10	10/02/2010	Aguardando cumprimento de acordo.
051/10	08/03/2010	Aguardando devolução de precatória.
053/10	08/08/2010	Aguardando cumprimento de acordo.
063/10	18/03/2010	Aguardando cumprimento de acordo.
094/10	04/05/2010	Aguardando cumprimento de acordo
101/10	19/05/2010	Aguardando manifestação da parte.

Os dez processos criminais mais antigos:

Processo Nº	Data da entrada	Situação
2006.2.000734-1	21/01/2006	Aguardando prazo decadencial.
2006.2.000735-9	23/03/2006	Aguardando prazo decadencial.
2006.2.000736-7	23/01/2006	Aguardando prazo decadencial.
2007.2.000410-6	12/01/2007	Diligências – audiência preliminar.
2007.2.000421-3	25/08/2007	Diligências – audiência preliminar.
2007.2.000491-6	29/05/2007	Diligências – audiência preliminar.
2007.2.000494-0	29/05/2007	Diligências – audiência preliminar.
2007.2.000554-2	12/01/2007	Diligências – Delegacia.
2007.2.000658-2	24/07/2007	Diligências – audiência preliminar.
2007.2.000662-3	24/07/2007	Diligências – Delegacia.

Não existe Carta Precatória pendente.

Foram realizadas 170 audiências cíveis de conciliação e 78 de instrução. Na área criminal foram realizadas 113 audiências preliminares e 9 de instrução.

COMARCA DE BRAGANÇA – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Prédio do Fórum

Embora o prédio do Fórum aparente ser adequado às necessidades da Comarca, é certo que sua estrutura não mais se coaduna com o crescimento vertiginoso da demanda de prestação de serviços judiciais em Bragança, o que já levou, inclusive, o TJPA a dar início à instalação de uma terceira vara visando desafogar as duas lá existentes.

Caso isso venha a ocorrer, as instalações físicas não serão suficientes para abrigar essa expansão, o que nos remete à hipótese de que seja dado início a estudos visando a ampliação do espaço físico disponível.

A recomendação, então, nesse caso, é a de que seja oficiado à Presidência do Tribunal rogando-lhe que determine aos setores competentes da instituição a realização dos estudos necessários a uma ampla reforma do prédio do Fórum de Bragança, recomendando-se que sejam incluídos no projeto os espaços necessários à instalação de uma terceira vara, ao funcionamento adequado dos juizados especiais – cível e criminal – e a inclusão de equipamentos de acessibilidade às pessoas com deficiência, conforme

assim recomendado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Independentemente disso, recomenda-se também que sejam instalados mais equipamentos de segurança no prédio, especialmente cerca eletrificada e sensores de presença.

Quanto à disponibilidade (ou carência) de juiz

Embora as duas varas de Bragança contem com juízes permanentemente à frente de seus trabalhos, é certo que o expressivo número de processos cause sérios transtornos ao regular andamento e solução das lides. Em razão disso, entendemos que há necessidade de alguns ajustes na capacidade operacional da Unidade Judiciária, de modo a proporcionar incremento da eficiência na prestação jurisdicional, especialmente, se possível, a designação de juiz auxiliar e a disponibilização de mais servidores na secretaria.

Quanto à presença dos órgãos de apoio à jurisdição

Ministério Público e Defensoria Pública vem mantendo suas estruturas na Comarca d forma permanente, de modo que não vemos necessidade, pelo menos no momento, de solicitar a intervenção de seus órgãos dirigentes na ampliação do apoio à atividade jurisdicional.

Quanto à disponibilidade de recursos humanos

O número de servidores é insuficiente para atendimento da expressiva demanda das Varas. Além disso, há necessidade de treinar os que hoje ali trabalham – usando-se o Projeto Servidor Eficiente para isso – de forma a que possam responder à enorme demanda verificada em Bragança. Recomenda-se, como se tem feito em outras inspeções, que o TJPA nomeie servidores concursados, preferencialmente Analistas Judiciários com formação em Direito. Recomenda-se, assim como o CNJ também o faz, que os servidores cedidos pela Prefeitura do município seja gradativamente substituídos por efetivos do TJPA.

Quanto à estrutura de apoio à atividade jurisdicional

Os equipamentos de informática instalados na Vara são razoáveis, em número e qualidade. Requer-se, no entanto, com a ampliação do quadro de servidores e das instalações físicas, que sejam alocados mais computadores e impressoras.

Quanto à padronização de rotinas e ao alcance de metas

Não há notícia de descumprimento do Manual de Rotinas instituído pelas Corregedorias de Justiça, mas verifica-se, no entanto, sensível prejuízo em relação às metas preconizadas pelo CNJ. Há necessidade de que magistrado e servidores concentrem esforços visando a melhoria do desempenho da prestação jurisdicional. A Meta 1, por exemplo, não tem sido alcançada pelas duas Varas de Bragança, o que deve ser objeto da atenção de juízes e servidores ali atuantes.

Quanto à alimentação dos sistemas de informação disponibilizados pelo CNJ e pela CJCI

Sugere-se recomendar aos juízes das Varas que, juntamente com os respectivos Diretores de Secretaria, procurem manter alimentados os bancos de dados disponíveis

no endereço eletrônico <http://www.tjpa.jus.br/corregedoria/interior/sistemas.html>, assim como prestem as informações que revelem a produtividade da serventia e do magistrado.

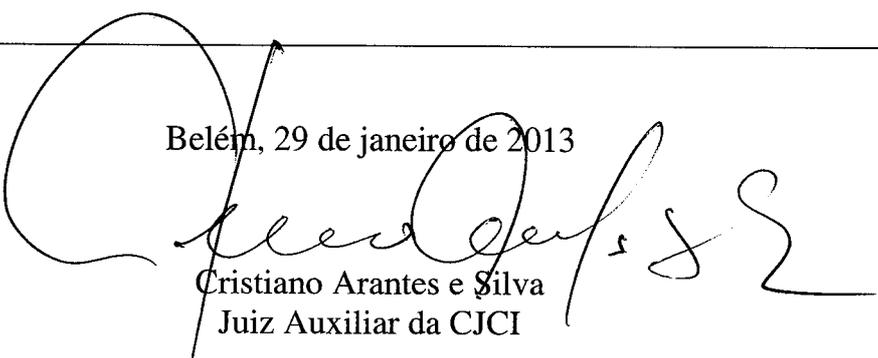
Quanto às Secretarias

Embora saibamos que o volume de trabalho existente nas duas Varas de Bragança revela-se excessivo para equipes tão diminutas e com algumas restrições quanto à qualificação dos recursos humanos, não há como deixar de recomendar a juízes e diretores de secretaria que empreendam esforços no sentido de imprimir maior eficiência na prestação dos serviços, ainda que isso os force a permanecer mais tempo em seus postos de trabalho, como única forma momentânea de evitar a ocorrência de um verdadeiro caos na atividade jurisdicional, decorrente do crescimento incontrolado do número de processos.

Quanto à atuação dos magistrados

Recomenda-se aos magistrados ora em exercício na Comarca que empreendam esforços no sentido de buscar a excelência na prestação de serviços jurisdicionais à população de Bragança, acompanhando muito de perto as atividades de suas respectivas secretarias, orientando os servidores ao integral cumprimento dos Manuais de Rotinas e à adoção de mecanismos de controle de todo o acervo processual da vara, sem o qual torna-se extremamente difícil o atingimento das metas preconizadas para o Poder Judiciário.

Belém, 29 de janeiro de 2013



Cristiano Arantes e Silva
Juiz Auxiliar da CJCI

Jane Vieira Alcântara das Neves
Analista Judiciária



Francisco de Assis Fiuza
Analista Judiciário

Marinilza de Oliveira Serrão
Auxiliar Judiciária